

Empreendedorismo, Educação e Cidadania: um estudo de caso nos Açores

Fonseca, Josélia¹, Faria, Sandra Dias², Tiago, Maria³

1) Universidade dos Açores, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Portugal

joselia.mr.fonseca@uac.pt

2) Universidade dos Açores, Faculdade de Economia e Gestão e Advance / CSG, ISEG, Universidade de Lisboa, Portugal

sandra.mc.faria@uac.pt

3) Universidade dos Açores, Faculdade de Economia e Gestão e CEEApIA - Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico, Portugal

maria.tp.tiago@uac.pt

Resumo

A educação para o empreendedorismo tem de ser perspectivada num sentido amplo, como algo que transcende o desenvolvimento de competências empreendedoras dos jovens adultos tendo em vista a criação e o desenvolvimento do tecido empresarial. Educar para o empreendedorismo deve ser entendido como um processo de formação e desenvolvimento do cidadão, compreendendo este como uma pessoa autónoma, proactiva e criativa capaz de agir responsabilmente em prol do seu desenvolvimento pessoal e social. Assim sendo, se reconhece a pertinência de se promover um processo educacional para o empreendedorismo e para a cidadania desde tenra idade. Neste artigo pretendemos refletir e problematizar a relação intrínseca e dialética que existe entre educação, empreendedorismo e cidadania, analisando a propensão empreendedora dos alunos do ensino básico.

Deste modo, efetuámos um estudo de caso em escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, públicas e privada, do concelho de Ponta Delgada, mais especificamente a turmas do 3.º e 4.º anos às quais aplicámos um questionário com o intuito de compreender o potencial empreendedor de crianças que nunca contactaram com programas de educação empreendedora.

O trabalho a desenvolver procurará, em linha de continuidade com o estudo efetuado no ano passado, concluir acerca dos ganhos/perdas na autonomia, criatividade, cidadania e empreendedorismo das crianças, como também possibilitar a adequação dos programas de educação empreendedora, contemplando dois tipos de diferenças: as de contexto refletidas nas próprias crianças, nas escolas e nos professores que acompanham a implementação destes programas, ao nível do ensino básico; e as diferenças de atitudes das crianças, dos professores e dos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino.

Palavras chave: Empreendedorismo, Educação empreendedora, Cidadania, Estudo de caso, Açores.

Acknowledgment: Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito dos projetos de financiamento com a Referência UID/SOC/04521/2013.

1. Introdução

A competitiva sociedade tecnológica do século XXI impõe que discutamos e reflitamos sobre a relação que existe entre educação, cidadania e empreendedorismo. Para a (re)construção desta reflexão partimos do pressuposto de que a educação empreendedora deve assentar num novo paradigma concetual, que não se restringe ao espírito empresarial, focado na criação de novos empreendimentos, mas lhe confira uma nova latitude, perspetivando-a como um processo promotor da autonomia dos indivíduos, como a mola impulsional da sua livre iniciativa. Na atualidade, e de forma cada vez mais premente, exige-se ao homem que seja proactivo, quer em termos pessoais, quer em termos comunitários. Compreenda-se esta proactividade pessoal como o desafio que cada indivíduo tem para desenvolver a sua identidade única e irrepetível, que se configura na relação com e pelo outro nas instituições justas (Ricoeur, 1990) e, que por isso mesmo, lhe impõe uma ação ativa e consistente na sociedade em que vive, no sentido de proceder à sua reconfiguração. É nesta relação dialética de resposta ao apelo pessoal de se ser e à invocação da reorganização social que se tece o conjunto de requisitos para que cada indivíduo se realize e crie condições para a realização dos demais. Na verdade, e cada vez mais, exige-se ao homem que seja um cidadão ativo, sendo, para o efeito, crucial que este desenvolva desde de cedo atitudes empreendedoras e de autonomia, de certo modo identificadas dentro do contexto da cidadania.

O cidadão do século XXI não pode continuar a ser vassalo (Cortina, 1999) de uma sociedade democrática livre, tem de desenvolver competências morais e axiológicas que lhe permitam reconhecer-se como um ser de ação, responsável, empreendedor e inovador.

Estudos na área do empreendedorismo (Gibb, 1987) revelam que o contacto das crianças com a cultura empreendedora potencia o desenvolvimento de competências empreendedoras. Neste sentido, torna-se bastante pertinente desenvolver um processo educacional, intencional, que favoreça a formação dos cidadãos ativos e empreendedores, isto é, importa investir numa educação cidadã e empreendedora que estimule nas crianças o desenvolvimento de competências de cidadania, sob o ponto de vista construtivo e processual (Matlay, 2006), consubstanciadas no desenvolvimento de atitudes promotoras de autonomia, responsabilidade e empreendedorismo.

Na realidade vigente torna-se cada vez mais premente desenvolver um projeto educativo de cidadania e empreendedor contextualizado nos reais interesses e necessidades das crianças no contexto açoriano. Para o efeito, e na sequência do que foi realizado no ano passado, é necessário proceder à recolha de dados relativamente às conceções e representações da criança no âmbito do empreendedorismo.

Deste modo, e na linha de continuidade com o trabalho já efetuado, realiza-se um questionário que nos permitirá compreender e avaliar o nível de atitude proactiva e empreendedora das crianças, como também nos permitirá elencar um possível quadro de metodologias e estratégias pedagógicas capazes de favorecer a propensão empreendedora, alicerçada numa dimensão de cidadania ativa. O questionário assenta numa matriz que tem por base os seguintes vetores: características do empreendedor, relação Empreendedorismo/Cidadania, benefícios da educação empreendedora e impactos deste processo educativo.

O questionário é aplicado em dois contextos distintos: estabelecimento de ensino público e privado, contemplando a vivência das realidades rurais e urbanas e o contacto ou não com programas de educação empreendedora. A opção pelo estudo destas duas realidades tem como objetivo compreender e avaliar as possíveis convergências/divergências de atitudes empreendedoras, tendo em consideração a influência contextual exercida. Este levantamento de dados permite ainda aferir o impacto de programas formais de educação empreendedora, que nos Açores já têm sido implementados desde há sete anos. Atendendo a estes princípios norteadores, o inquérito contempla dois momentos: (1) uma pré-intervenção educativa empreendedora e (2) uma pós-intervenção educativa empreendedora.

Os resultados obtidos nos questionários permitem traçar, de forma mais generalizada e intensiva,

a caracterização das crianças do 1.º ciclo do Ensino Básico, situando-as relativamente ao seu nível de atitudes empreendedoras e identificando necessidades de ação que convoquem para a elaboração e a implementação de um projeto contextualizado de educação para a cidadania e empreendedorismo. Assim como, nos possibilita estabelecer a correlação entre os dados obtidos no ano passado, criando-se, desta forma, um mapa de caracterização, mais completo, do nível de empreendedorismo das crianças do 1.º ciclo do Ensino Básico da Região Autónoma dos Açores, que nos facilita a compreensão mais intensiva do contexto e nos apoiará na elaboração de um projeto educativo que atenda cabalmente às necessidades das crianças. No seguimento deste levantamento dos dados, pretende-se desenhar um plano de intervenção educativa que promova a autonomia das crianças, o pensamento inovador e a criação de um ambiente empreendedor que favoreça a experiência e a vivência de práticas de empreendedorismo, tendo em vista a melhoria e a inovação no desenvolvimento de competências empreendedoras.

Implementado o plano de intervenção, realiza-se novamente os questionários no sentido de se avaliar o impacto deste plano e de se esboçarem melhorias de ação educativa na promoção da educação empreendedora das crianças.

No final deste processo, teremos dados que apoiam a aferição das melhorias no desenvolvimento das competências de autonomia, criatividade, cidadania e empreendedorismo das crianças, como também permitem a elaboração contextualizada de programas de educação empreendedora, capazes de promover um processo de ensino-aprendizagem significativo, contemplando dois tipos de diferenças: as de contexto refletidas nas próprias crianças, nas escolas e nos professores que acompanham a implementação destes programas, ao nível do ensino básico; e as diferenças de atitudes das crianças, dos professores e dos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino.

Na verdade, a originalidade deste projeto traduz-se na abordagem concetual ampla do conceito de empreendedorismo, configurando-o numa dimensão educacional, moral e axiológica, que o enriquecem e que tornam possível uma educação para a cidadania ativa plena. Reconhece-se o desenvolvimento de competências empreendedoras como razão sine qua non da formação do cidadão proactivo e autónomo, tanto na sua dimensão pessoal como na sua dimensão comunitária. E pretende-se obter dados que nos permita esboçar um projeto educacional em empreendedorismo, perspectivando-o como um processo construtivo, que atende ao desenvolvimento holístico da criança e que, por isso, atende ao desenvolvimento cognitivo, social e moral das crianças.

2. Desocultando a relação entre Educação, Cidadania e Empreendedorismo

Entre educação, cidadania e empreendedorismo existe uma relação intrínseca e indissociável. Na verdade, podemos afirmar que toda a educação é para a cidadania e visa promover o desenvolvimento de competências e atitudes empreendedoras.

Educar consiste num processo complexo e global que visa o desenvolvimento holístico do homem com ser singular, único e irrepetível, e como ser social, que vive e interage com os outros sob o signo de um determinado contexto cultural. Na realidade, a educação é concebida por alguns autores, nomeadamente por Savater (1997), como um ato de coragem, na medida em que tem como finalidade promover o aperfeiçoamento humano.

O homem, ao contrário dos demais animais, nasce imaturo, biologicamente inacabado e, em consequência disso, com dificuldade de se adaptar e sobreviver no meio ambiente. Contrariamente aos demais seres vivos o homem não nasce determinado, ele é um ser a realizar, uma identidade a definir. Assim sendo, e como afirmámos em trabalhos anteriores (Fonseca, 2016), a imaturidade humana não se manifesta apenas na sua dimensão biológica, mas também se reflete na sua dimensão espiritual.

O homem é animal racional e, enquanto tal, ele não é puro instinto como os demais animais, porém, no período do seu nascimento, ele ainda não sabe usar plenamente a sua razão. É pela

educação que o homem toma, gradualmente, posse da sua racionalidade, aprende a conhecer o mundo e a si mesmo, aprende a deliberar. Assim se compreende a concepção de educação apresentada por Isabel Renaud (1996, p. 37), quando afirma que educar” (...) consiste em acompanhar a emergência do espírito no corpo”, ou seja, consiste em promover o desenvolvimento da racionalidade humana, que permite ao homem tomar consciência de si, das suas limitações e das suas imperfeições.

Deste modo, se perspetiva que a educação seja um ato eminentemente antropológico e utópico. Antropológico na medida em que visa promover o aperfeiçoamento do homem, pretende favorecer o desenvolvimento da sua autonomia e da sua responsabilidade no sentido de o tornar “gestor do seu próprio destino”. Utópico porque, se retomarmos composição etimológica da palavra *u* = não e *topos* = lugar verificamos que utopia se refere ao não lugar, é pela educação que o homem é conduzido ao lugar onde ainda não está, é através dela que ele caminha da imperfeição para um processo de tomada de consciência das suas debilidades e para a busca contínua da sua perfeição. Na realidade, a educação assegura “(...) a construção autêntica da consciência antropológica que, de facto, parece que o homem tardou em adquirir.” (Carvalho, 1994, p. 53)

A dimensão antropológica que é assegurada pelo processo educativo não diz respeito apenas à formação do homem na sua singularidade, mas também à tomada de consciência da sua condição enquanto ser social que vive e interage com os outros. Como afirmava Aristóteles, o homem é por natureza um *zoon politikon*, “animal político”, um ser que coabita a *polis*, e que neste processo de coabitação aprende a conviver com os outros, a agir e a decidir em prol do bem comum da comunidade.

Nestes termos, facilmente se compreende que à educação esteja desde sempre associada uma dimensão de cidadania. Entenda-se a cidadania não como algo que impõe de fora ao indivíduo, mas como algo que é constitutivo da sua identidade, na medida em que é o espaço em que o homem convive com os outros e negocea com eles as condições para o diálogo e a coabitação das autonomias de todos. Este processo negocial pressupõe não só que o conhecimento das regras sociais, mas também o desenvolvimento de competências axiológicas e morais que permitem ao homem conhecer, deliberar e agir autónoma e responsavelmente para o bem de todos.

Na realidade, a educação é um requisito para o desenvolvimento da cidadania, podendo mesmo ser considerada como o seu elemento gerador. Ao mesmo tempo que fornece o caldo cultural em que se alicerça a sociedade, o processo educativo assume um sentido prospetivo, fornece ao homem um conjunto de lentes que lhe permite realizar uma leitura crítica e insatisfatória da realidade, criando, assim, condições para a reconstrução cultural e pressupondo, desde logo, que o homem deve ser um cidadão ativo e empreendedor, que intervém na sociedade em busca da sua melhoria e da sua inovação.

Não obstante o reconhecimento da dimensão proactiva cidadania, considerando esta como um espaço onde o homem deve ser um interveniente efetivo, no qual exerce a sua autonomia, a verdade é que o cidadão atual continua a ser perspetivado como um cidadão passivo, um vassalo apático (Cortina, 1999) da sociedade democrática livre. Pelo que se torna cada vez mais premente que na sociedade tecnológica e global do século XXI se promova um processo educativo que garanta o desenvolvimento de uma consciência moral autónoma, que impulse a leitura crítica e reflexiva da realidade e uma intervenção efetiva, e que favoreça a promoção de atitudes empreendedoras. Na verdade, o contexto social vigente impele que a educação para a cidadania se configure num processo educativo para o empreendedorismo. Entenda-se o empreendedorismo num sentido lato do termo que transcende a perspetiva empresarial e se afigura como um mote de vida de todos os cidadãos, que devem aportar a si e à sociedade um contributo ativo e de valor acrescentado.

Neste enquadramento, o desenvolvimento de um sistema educativo que potencie a propensão empreendedora reveste-se de uma importância significativa. Há muito que a literatura aponta para os efeitos positivos no desenvolvimento de competências empreendedoras por parte das crianças

e jovens que mantêm contacto com a cultura empreendedora (Gibb, 1987). Diversos estudos em torno do papel da educação empreendedora procuram esclarecer o modo como o ensino influi as atitudes dos indivíduos perante o empreendedorismo e como contribuiu para a aceção e realização das ambições dos alunos. Ao longo do tempo tornou-se claro que o empreendedorismo, ou pelo menos determinadas componentes do mesmo, pode ser ensinado (Gorman, Hanlon e King, 1997).

É neste contexto justificado o significado atribuído ao desenvolvimento de uma dimensão empreendedora na educação. Não apenas numa interpretação restrita de criação de negócio ou empresa, mas também numa aceção ampla, entendida como o processo que promove a autonomia dos alunos e incentiva-os à ação (Faria, 2012; Faria et al., 2014).

O desenvolvimento de competências individuais, essenciais à capacidade criativa e proactiva dos indivíduos, depende do investimento realizado na educação empreendedora. Esta traduz-se em instrumentos como a conceção de programas educativos orientados para o perfil empreendedor, o fortalecimento de uma cultura empreendedora no ensino, assim como a dotação dos alunos com as ferramentas necessárias ao desenvolvimento de iniciativas.

Diversos autores propõem que a propensão para o empreendedorismo está associada a diversas características pessoais que podem ser influenciadas através de programas de ensino formais (Gorman et al., 1997; Bechar e Toulouse, 1998). Por consequência, valida-se o pressuposto de que através da educação empreendedora é possível desenvolver características e capacidades empreendedoras (Kuratko, 2005; Kuratko, 2016). O papel da educação na transmissão de conhecimentos fundamentais ao desenvolvimento de novas iniciativas empresariais é, há muito, inquestionável. Porém, a sua importância vai para além deste patamar, revelando-se crucial na ampliação de competências essenciais ao incremento da autoeficácia empreendedora e à efetividade do potencial empreendedor (Gorman et al., 1997). Na mesma linha de pensamento, outros autores defendem que os alunos aprendem como criar negócios, mas também desenvolvem capacidades. Estas capacidades traduzem-se em reconhecer as oportunidades; perseguir oportunidades, através da geração de novas ideias e da combinação dos recursos necessários; criar e gerir uma nova empresa e pensar de forma criativa e crítica (Raposo e Paço, 2011).

A literatura defende ainda que a educação empreendedora não só desenvolve empreendedores como também intraempreendedores, designando-os como empreendedores dentro de uma configuração organizacional (Metha e Gupta, 2014). Esta conclusão enfatiza o papel do ensino do empreendedorismo, uma vez que o perfil desejado para um empreendedor deve também verificar-se em indivíduos que não sendo promotores das iniciativas poderão alavancá-las fazendo parte das mesmas como colaboradores.

Rasheed e Rasheed (2004) compararam alunos sujeitos a programas de ensino em empreendedorismo e alunos sem formação nesta área, comprovando a predominância de características empreendedoras no primeiro grupo. O resultado apurado contribuiu para corroborar a teoria defensora de que as características empreendedoras podem ser influenciadas pela intervenção educacional e experimental. Características como o autocontrolo, a autoestima e a motivação para alcançar resultados são preponderantes nos alunos que recebem formação em empreendedorismo.

Dada a importância assumida pela educação empreendedora, a investigação desenvolvida persegue o objetivo de identificar as metodologias que garantem melhores resultados no desenvolvimento de competências empreendedoras (Fayolle et al., 2006), contrapondo as metodologias tradicionais às metodologias como maior enfoque na participação ativa dos alunos (Bell, 2015). A literatura defende que a educação deve centrar-se muito mais na mudança de atitudes pessoais e não apenas no conhecimento, de modo a alavancar o processo de criação de empresas e reduzir as barreiras face à atividade empreendedora. Deve o sistema educacional enfatizar e valorizar o empreendedorismo de modo a promover uma cultura empresarial (Raposo e Paço, 2011).

Avaliar o impacto observado ao nível da criação de empresas ou ao nível do desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora (envolvendo atitudes e valores) é um exercício complexo pela dificuldade encontrada. Esta prende-se com questões como selecionar as variáveis/fatores relacionados com a alteração de atitudes e comportamentos, ou conceber um processo adequado de medição, dada a possibilidade de o impacto ser apenas efetivo decorrido um alargado período (Daniel et al., 2016).

A educação para o empreendedorismo é crucial para alavancar o crescimento económico, pois, desencadeia o potencial empreendedor dos jovens, ajudando-os a desenvolver um olhar mais intenso perante as oportunidades empresariais, competências para realizar projetos e capacidade de assumir a responsabilidade. Desenvolver essas competências essenciais requer um ambiente escolar que incentive a invenção e a criatividade, permitindo assumir riscos e também cometer erros, o que deve ser valorizado como uma oportunidade de aprendizagem (Moberg et al., 2014).

3. Estudo de caso: o sentir do empreendedorismo na educação básica

A reflexão sobre a relação intrínseca que existe entre educação, cidadania e empreendedorismo sugere-nos que discutamos, à semelhança de outros debates efetuados, se o homem nasce com predisposição para empreender ou se as atitudes empreendedoras são algo que se aprende no percurso da existência. Tendo esta discussão como ponto de partida, e na linha do trabalho realizado no ano passado, pretendemos com este estudo aprofundar conhecimentos que nos permitam inferir se o empreendedorismo pode ou não ser ensinado, bem como compreender como é que este se associa com as questões de cidadania e com a sua prática.

3.1. Metodologia

Com o intuito de cumprir os propósitos desta investigação, optou-se por apoiar a investigação num estudo de caso. Por assegurar um estudo intensivo e holístico da realidade (Marcelo, 1991), esta abordagem metodológica tem assumido relevância no contexto dos estudos realizados no âmbito das ciências sociais e da educação.

Esta investigação pretende dar continuidade ao levantamento de dados realizado no ano passado, no sentido de se aprofundar os conhecimentos acerca das atitudes empreendedoras das crianças e as suas possíveis implicações no meio social e no meio escolar.

Assim, estudamos turmas do terceiro e quarto anos do primeiro ciclo do ensino básico, de escolas públicas e privadas, situadas em contextos urbanos e rurais, com o fim de diagnosticar a propensão inata para o empreendedorismo, considerando a matriz de Kuratko e Hodgetts (2004) que interliga a iniciativa empreendedora com a cidadania. No presente trabalho, apresenta-se a caracterização dos participantes no estudo e as principais ilações que se podem retirar do estudo destes alunos.

3.2. Dos valores à prática

Os alunos que participaram nesta componente do estudo pertenciam a diferentes escolas do concelho de Ponta Delgada (n=153). Uma das escolas é uma instituição de ensino privado com uma experiência de ensino com mais de 100 anos. Ao contrário das escolas públicas que possuem alunos maioritariamente da sua freguesia de implantação, no caso do colégio privado os alunos têm como residência as diversas freguesias do concelho, havendo mesmo alunos de outros concelhos próximos. As crianças desta escola oscilavam entre os 8 e os 10 anos de idade como se constata da Tabela 1 e são na sua maioria do sexo masculino (58,7%).

As duas escolas públicas que participaram nesta componente do estudo situam-se em freguesias limítrofes do concelho de Ponta Delgada. Ambas as escolas oferecem o primeiro ciclo e têm uma população estudantil reduzida. As crianças desta escola oscilavam entre os 7 e os 11 anos de idade como se constata da Tabela 1 e são maioritariamente do sexo feminino (71,7%).

Tipo de escola	Idade	Frequência	Percentagem
Pública	7	7	11,5
	8	17	27,9
	9	20	32,8
	10	15	24,6
	11	2	3,3
Total		61	100
Privada	8	16	17,4
	9	47	51,1
	10	29	31,5
Total		92	100

Tabela 1 – Caracterização das escolas com relação à idade dos alunos

A totalidade das unidades escolares englobadas nesta fase do trabalho não apresentam grandes problemas ao nível de sucesso escolar, podendo serem considerados como bom e muito bom os seus comportamentos escolares, o mesmo se podendo dizer com relação aos comportamentos em sala de aula.

No final do ano letivo de 2016/2017 os alunos das escolas participantes foram inquiridos sobre as suas atitudes e valores incidindo nas dimensões consideradas por diversos autores como de basilares dos traços dos empreendedores. O questionário que foi aplicado compreendia três dimensões: a primeira continha 37 questões, apresentadas numa escala de Likert, que pretendiam avaliar as características comportamentais das crianças numa ótica combinada da cidadania e do empreendedorismo (autoeficácia; assunção de riscos calculados; capacidade de deteção de oportunidades; capacidade de planificação; persistência; competência de relacionamento social; comportamento inovador; capacidade de liderança); a segunda era composta por questões de caracterização do ensino recebido e da criança; e a terceira parte era uma questão aberta em que se desafiava a criança a encontrar uma solução para uma situação problemática quotidiana.

A amostra obtida tinha com a seguinte composição:

Características sociodemográficas	(%)
Género	
Masculino	46,7
Feminino	53,3
Idade	
7 anos	4,6,7
8 anos	21,6
9 anos	43,8
10 anos	28,8
11 anos	1,3
Tipologia de Escola	

Pública	40%
Privada	60%

Tabela 2 – Caracterização sociodemográfica dos participantes

Da totalidade destes alunos, 26% haviam tido envolvimento em iniciativas formais no domínio da educação empreendedora, e 34,8% tinham estado envolvidos em projeto de empreendedorismo.

No trabalho de Liñán e Chen, (2009) é apresentada um modelo com as características comportamentais do empreendedor. Muito embora esta temática não seja consensual e tenha sido alvo de diferentes estudos e abordagens (Borchers & Park, 2010), considera-se que a classificação destes autores se adequa ao âmbito deste trabalho, pelo que se adotou a sua matriz, com as devidas adaptações considerando que seria aplicada a crianças e reforçando as componentes de cidadania.

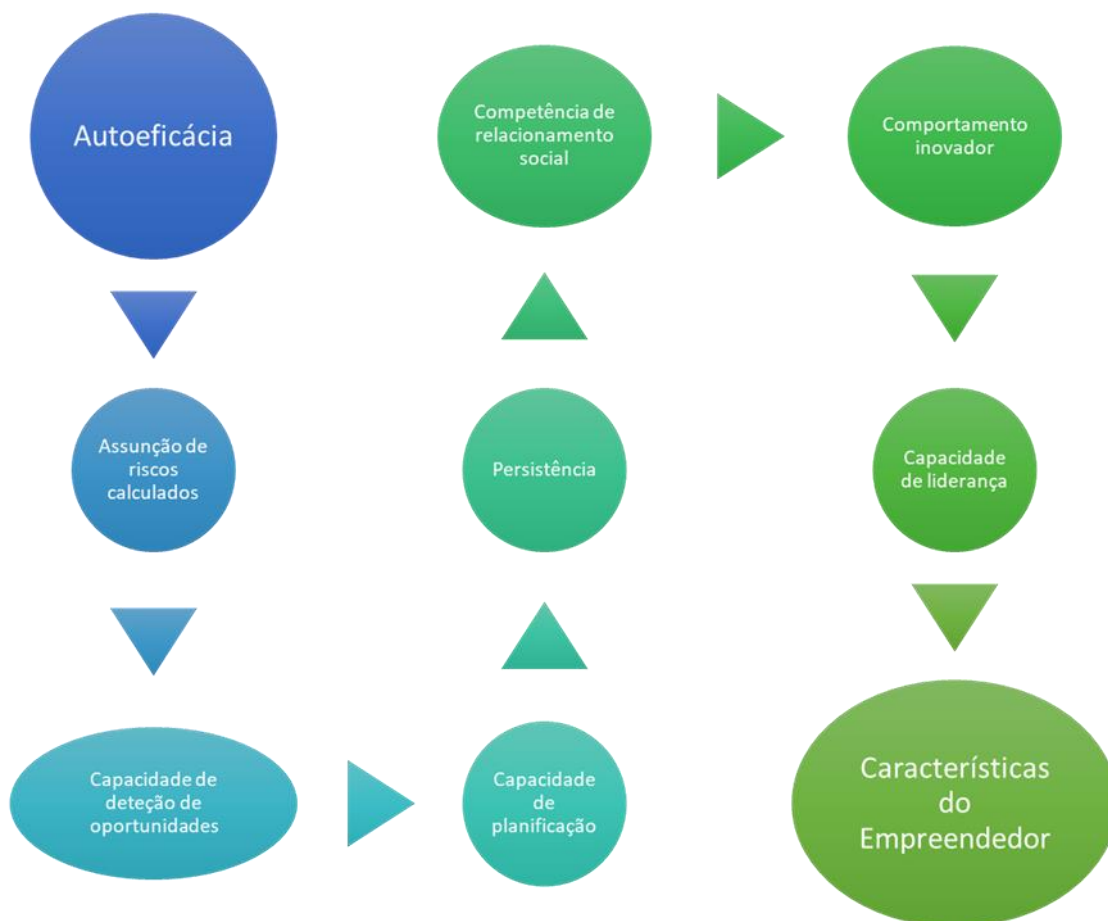


Figura 1 – Dimensões dos traços comportamentais, adaptado de Liñán e Chen (2009).

A partir desta conceção teórica e com os constructos estabelecidos, definiu-se um conjunto de itens de medição que se traduziram nas 37 questões constantes da primeira parte do questionário.

Analisando os traços comportamentais das crianças, constata-se a existência da seguinte dispersão de opiniões:

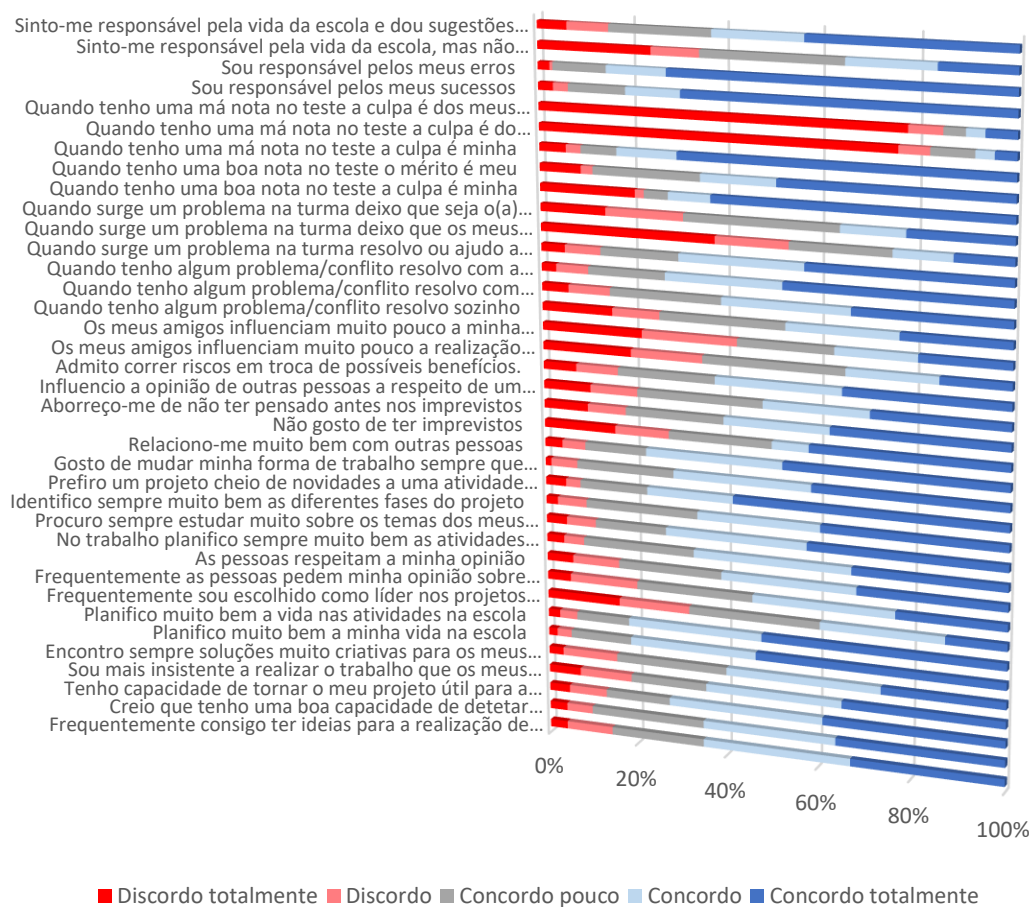


Figura 2 – Distribuição das respostas obtidas com relação aos traços comportamentais

McGrath e MacMillan (2000) sugeriram que os empreendedores criam permanentemente um clima em seu redor para a procura e aproveitamento das oportunidades. As respostas da maioria dos alunos apontam para esta procura. Spinelli e Neck (2007) referem que o modelo de Timmons sugere um conjunto de sete características que compõem o *mindset* de um empreendedor. Com exceção da resposta às questões relacionadas com o relacionamento social, todas as demais apresentam uma tendência para um *mindset* empreendedor positivo.

De acordo com Seelig (2012), a atitude do indivíduo face à vida e aos seus resultados/responsabilidades pessoais condiciona a sua capacidade de inovar e empreender, pelo que uma das dimensões que foi avaliada foi o locus de controlo interno e externo destas crianças. Tendo-se constatado que a maioria das crianças possuía um locus de controlo interno elevado, autorresponsabilização pelos seus desempenhos positivos e negativos.

	Sexo									
	Feminino					Masculino				
	Discordo totalmente	Discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente	Discordo totalmente	Discordo	Concordo pouco	Concordo	Concordo totalmente
Quando tenho uma boa nota no teste a culpa é minha	18	2	5	8	47	13	1	3	6	48
Quando tenho uma boa nota no teste o mérito é meu	7	2	15	16	41	6	2	21	9	33
Quando tenho uma má nota no teste a culpa é minha	5	3	7	10	55	4	2	5	8	52
Quando tenho uma má nota no teste a culpa é do professor	60	7	5	2	7	57	3	8	3	0
Quando tenho uma má nota no teste a culpa é dos meus pais/ explicadores	62	4	4	2	9	58	7	2	3	1
Sou responsável pelos meus sucessos	4	2	9	10	56	1	2	10	8	48
Sou responsável pelos meus erros	2	0	9	11	59	2	1	9	9	50

Tabela 3 – Matriz cruzada das dimensões do locus de controlo de acordo com o género

Da tabela anterior constata-se que a maioria dos alunos têm um locus de controlo interno elevado, sendo esta tendência mais acentuada no caso das raparigas.

À semelhança da fase 0 deste estudo, procurou-se interligar esta (in)apetência com algumas dos conceitos de base do empreendedorismo e da cidadania, tendo-se para tal efetuado uma análise de fatorial com as trinta e sete variáveis associadas ao comportamento.

Como resultado desta análise obtiveram-se os mesmos seis fatores que explicam 64,59% da variância acumulada do modelo, com um KMO de 0,722 e um nível de significância de 0,000, o que valida a presente escala.

	Componentes					
	1	2	3	4	5	6
No trabalho planifico sempre muito bem as atividades que desenvolvo	0,745	0,182	-0,039	0,018	0,202	-0,134
Procuo sempre estudar muito sobre os temas dos meus projetos	0,694	0,033	0,104	0,096	-0,176	-0,051
Identifico sempre muito bem as diferentes fases do projeto	0,628	0,133	0,136	0,273	-0,071	0,255
Prefiro um projeto cheio de novidades a uma atividade com grande rotina	0,542	0,113	0,337	-0,019	-0,275	0,015
Planifico muito bem a vida nas atividades na escola	0,541	0,360	0,037	-0,141	-0,176	-0,180
Planifico muito bem a minha vida na escola	0,529	0,099	0,273	0,297	-0,233	0,101
Frequentemente as pessoas pedem minha opinião sobre os assuntos do trabalho	0,487	0,250	0,096	-0,034	-0,001	0,066
As pessoas respeitam a minha opinião	0,449	0,087	0,328	0,100	0,001	0,028
Sou mais insistente a realizar o trabalho que os meus colegas	0,391	0,249	0,263	0,098	0,222	-0,188
Frequentemente consigo ter ideias para a realização de novos projetos	0,248	0,689	-0,078	0,233	0,044	-0,019
Quando tenho algum problema/confito resolvo sozinho	-0,032	0,647	-0,170	-0,132	0,125	0,093
Tenho capacidade de tomar o meu projeto útil para a minha vida	0,438	0,552	-0,034	0,028	-0,210	-0,155
Creio que tenho uma boa capacidade de detetar oportunidades para concretizar novos projetos	0,352	0,541	-0,076	0,441	0,249	0,025
Frequentemente sou escolhido como líder nos projetos ou atividades	0,258	0,520	0,172	0,388	-0,204	0,090
Sinto-me responsável pela vida da escola e dou sugestões de melhoria	0,113	0,503	0,270	0,266	0,013	-0,144
Quando tenho algum problema/confito resolvo com a ajuda dos meus pais	0,089	0,489	0,268	0,002	-0,089	-0,107
Encontro sempre soluções muito criativas para os meus problemas/conflitos	0,203	0,446	0,355	0,235	-0,301	0,160
Influencia a opinião de outras pessoas a respeito de um determinado assunto	0,149	0,413	0,206	-0,025	-0,008	0,107
Aborreo-me de não ter pensado antes nos imprevistos	0,056	-0,039	0,647	-0,074	0,201	0,040
Quando tenho algum problema/confito resolvo com ajuda dos meus colegas	0,167	0,117	0,634	0,221	-0,094	0,022
Quando surge um problema na turma resolvo ou ajudo a resolver	0,453	0,281	0,496	0,081	-0,043	-0,209
Relaciono-me muito bem com outras pessoas	0,257	0,320	0,431	-0,153	-0,308	-0,050
Não gosto de ter imprevistos	0,336	-0,235	0,378	0,038	0,213	0,002
Os meus amigos influenciam muito pouco a minha maneira de ser e estar na escola	0,163	0,076	0,135	-0,684	0,093	0,433
Admito correr riscos em troca de possíveis benefícios.	0,172	0,162	0,159	0,677	0,075	0,086
Quando surge um problema na turma deixo que os meus colegas resolvam	-0,200	0,234	-0,043	-0,147	0,669	0,187
Quando surge um problema na turma deixo que seja o(a) professor(a) a resolver	0,125	-0,082	0,173	0,317	0,658	0,145
Gosto de mudar minha forma de trabalho sempre que possível	0,262	0,288	-0,056	0,225	-0,506	0,294
Sinto-me responsável pela vida da escola, mas não consigo mudar nada	0,054	-0,140	-0,199	-0,069	0,054	0,736
Os meus amigos influenciam muito pouco a realização dos meus projetos	-0,230	0,162	0,328	0,042	0,116	0,659

Método de Extração: Análise das componentes principais
Método de rotação: Varimax com normalização Kaiser.

Tabela 4 – Matriz das componentes rodadas

Os fatores extraídos foram utilizados para efetuar uma análise de cluster, com vista a tentar traçar diferentes perfis de alunos, tendo-se obtido seguinte dendograma.

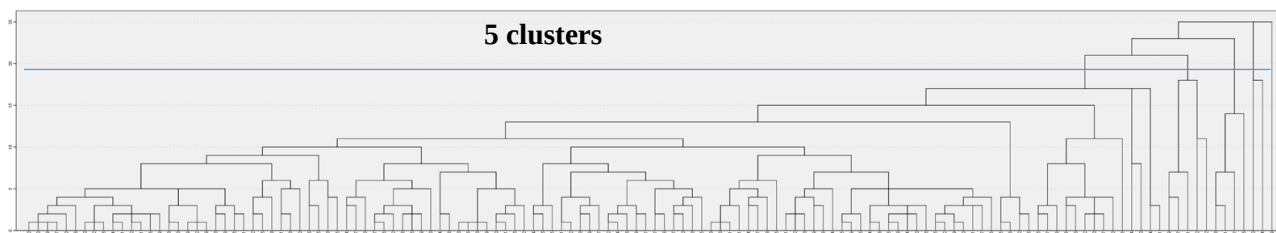


Figura 3 – Dendrograma

Do dendograma depreende-se a existência de cinco perfis diferentes de estudantes, reforçados pela aplicação do método do cotovelo, considerando o seu comportamento. Para atestar o valor destes perfis com relação ao potencial empreendedor era necessário aferir o seu potencial empreendedor. Como este trabalho incide sobre o comportamento e o potencial empreendedor de crianças o modelo Seelig (2012) parece ser o mais adequado para este efeito. Este modelo assenta na noção de que existem dimensões endógenas e exógenas que em contínuo influenciam o modo como os indivíduos atuam. A componente endógena compreende a imaginação/capacidade de criação de algo novo que está associado à noção de potencial inato de empreendedorismo; o conhecimento que reflete a capacidade de aquisição e contextualização da informação e que se interliga com a educação empreendedora; e, a atitude que reflete a postura de cidadania de cada um.

Muito embora se constate uma interligação entre os conceitos educação, empreendedorismo e cidadania com os três fatores externos recursos, cultura e ambiente constantes do modelo de Seelig (2012), neste trabalho apenas se tratará a componente comportamental de natureza endógena.

Para esta autora as crianças tendem a ser inovadoras e criativas por natureza. Facto este que reflete a sua curiosidade com relação ao mundo, a ausência de preconceitos fortes com relação aos erros e a utilização natural da criatividade todos os dias e a todas as horas no contexto quotidiano. Ser criativo não é uma tarefa ou imposição contextual, é um estado natural.

Tal como na fase 1 deste projeto, partiu-se da noção apresentada por Kuratko e Hodgetts (2004, p. 30) de que o “empreendedorismo é um processo dinâmico de criação, alteração e visão. Requer a aplicação de energia e paixão para a criação e implementação de novas ideias e soluções criativas”, e com recurso ao modelo da Tina Seelig (2012) procurou-se verificar a existência deste tipo de atitude nos alunos.

O exercício constante da terceira componente do inquérito deriva do terceiro nível do modelo de Tina Seelig (2012) e consiste no desafio às abordagens comuns. Neste apresentou-se aos alunos uma solução “problemática” – existência de doze pares de peúgas rotos - e pediu-se que apresentassem soluções para o que fazer com estes. A soluções apresentadas pelos alunos foram de seguida classificadas de acordo com a seguinte tabela.

Tipo de resposta	Codificação
Não saber o que fazer e/ou colocar no lixo	Extremamente limitado
Remendar e/ou doar	Muito limitado
Aplicações convencionais (ex: fantoches)	Condicionado
Aplicações com maior inovação (ex: boneca; marionetes)	Com potencial
Aplicações com maior inovação e valor económico	Com muito potencial

Tabela 4 – Tabela de codificação do potencial empreendedor

Procurou-se verificar a distribuição do potencial empreendedor na amostra por género e por tipologia de escola frequentada.

Potencial empreendedor	Sexo		Tipo de escola	
	Feminino	Masculino	Pública	Privada
Extremamente limitado	34	27	34	28
Muito limitado	14	20	12	22
Condicionado	25	12	10	28
Com potencial	7	12	5	15
Com muito potencial	1	0	1	0

Tabela 5 – Tabela de cruzada do potencial empreendedor com o género e o tipo de escola

Constatou-se que a grande maioria dos alunos, independentemente do género e da escola apresentam um baixo potencial empreendedor. Contudo, quando analisando apenas por género verifica-se que os rapazes apresentam uma tendência para maior potencial empreendedor. Porém, o único participante que apresentava muito potencial empreendedor era uma rapariga da escola pública.

Estes valores são de extrema importância nesta fase do projeto, uma vez que a escola pública em causa ainda não tinha implementado um currículo de educação empreendedora, enquanto que a privada já tinha. A grande preponderância das respostas condicionadas ao problema, atestam que os alunos assimilam o conhecimento e o sabem aplicar, mas ficam com a criatividade de algum modo condicionada.

Procurando analisar um pouco mais o perfil destes alunos, efetuou-se a análise cruzada com relação à idade.

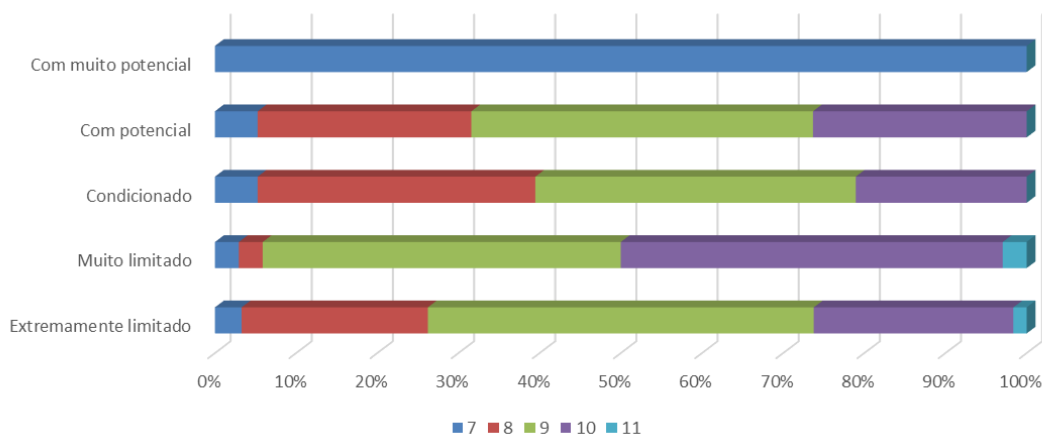


Figura 4 – Distribuição do potencial empreendedor por idade

Da observação dos elementos anteriores constata-se que o potencial empreendedor tende a diminuir com o aumento da idade. Este resultado é condicente com a teoria de Seelig (2012) que apontam que ao longo do tempo as crianças tendem a perder a sua capacidade criativa, em muito condicionadas pelos fatores externos.

Quando se procurou compreender como os diferentes aglomerados encontrados com base no comportamento se distinguiam em termos de potencial empreendedor, não se tendo encontrado diferenças significativas, como se constata visualmente no gráfico abaixo.

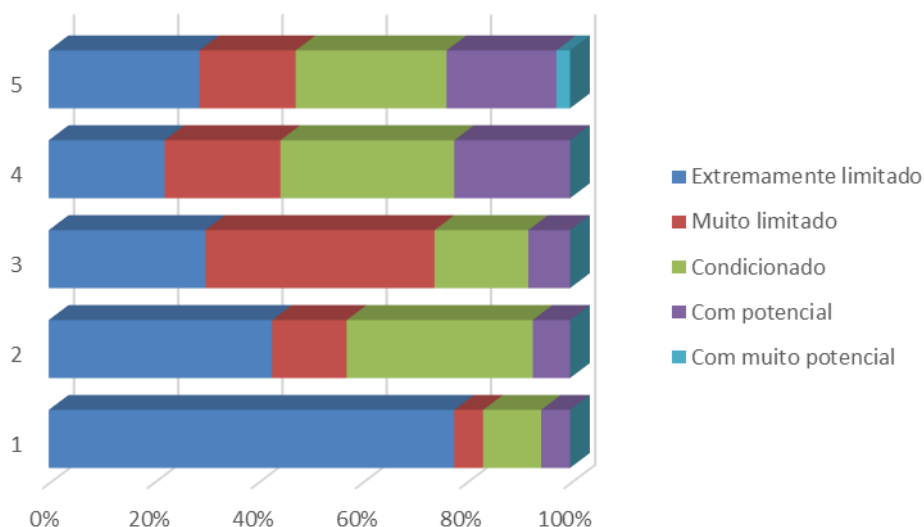


Figura 5 – Distribuição do potencial empreendedor por cluster

Quando se analisam de uma forma global os resultados encontrados, duas questões surgem de imediato: (1) se o *mindset* encontrado estava de acordo com os quadros teóricos encontrados na literatura, porque é que o potencial empreendedor não se apresenta mais acentuado? e (2) será que o atual currículo de educação empreendedora tem componentes ativadoras da capacidade empreendedora ou apenas se limita a informar para o conceito?

Os resultados obtidos levantam mais questões do que providenciam respostas, o que nos impele a continuar este projeto e tentar aferir quais as condicionantes externas que podem estar a condicionar estas tendências comportamentais.

4. Conclusões

Na sociedade desafiante e em crescimento galopante do século XXI, a valorização do homem como cidadão ativo e empreendedor torna-se uma realidade inquestionável. A formação deste cidadão impõe que se promova um processo educativo consubstanciado numa cultura que privilegie o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade, a criatividade, a imaginação e, consequentemente, seja potenciador da geração de novas ideias, facilitadoras do desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Os resultados obtidos neste estudo permitem-nos concluir que as crianças têm, regra geral, um baixo potencial empreendedor, independentemente de terem ou não contactado com experiências e projetos no âmbito do empreendedorismo. Estes dados induzem-nos a questionar e a refletir sobre o real papel da educação empreendedora, a forma como está curricularmente organizada e o modo como é pedagogicamente trabalhada. Não basta que se instrua as crianças com conceitos de empreendedorismo, é necessário que a educação empreendedora seja perspectivada e promovida como um processo, e não como um produto, que favorece o desenvolvimento de uma consciência empreendedora efetiva e responsável. Para o efeito, é necessário que o processo educacional para o empreendedorismo assente na criação de espaços pedagógicos que potenciem a experiência de atitudes empreendedoras e sejam favoráveis à criatividade e à geração de ideias.

O reconhecimento da necessidade destes espaços pedagógico promotores de empreendedorismo

e a constatação de que a educação empreendedora até agora desenvolvida está a surtir efeitos inferiores aos desejados, leva-nos a prosseguir com este estudo, nomeadamente para aferir o tipo de processo educativo que tem sido levado a cabo e para ensaiar diferentes experiências educacionais neste domínio, ainda embrionário para o primeiro ciclo, no sentido de alavancar o potencial empreendedor das crianças.

5. Referências

Bechard, J. P., & Toulouse, J. M. (1998). Validation of a didactic model for the analysis of training objectives in entrepreneurship. *Journal of business venturing*, 13(4), 317-332.

Bell, R. (2015). Developing the next generation of entrepreneurs: Giving students the opportunity to gain experience and thrive. *The International Journal of Management Education*, 13(1), 37-47.

Borchers, A., & Park, S. (2010). Understanding entrepreneurial mindset: A study of entrepreneurial self efficacy, locus of control and intent to start a business. *Journal of Engineering Entrepreneurship*, 1(1), 51-62.

Carvalho, A. (1994). *Utopia e educação*. Porto: Porto Editora

Cortina, A. (1999). *Los ciudadanos como protagonistas*. Barcelona: Galaxia Gutemberg Circulo de Lectores.

Daniel, A. D., Pita, M., Costa, R., & Costa, C. (2016). University-business collaboration in Entrepreneurship Education: The Learning to be program. II Jornadas Ensino do Empreendedorismo em Portugal, Proceedings, 307-318.

Faria, S. (2012). *Determinantes da propensão para o empreendedorismo dos alunos do ensino superior: uma análise comparativa da realidade europeia*. Tese de Doutoramento. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

Faria, S., Couto, J., Tiago, F. & Tiago, M. (2014). "From entrepreneurial intention to action: cross-countries empirical evidences", *European Scientific Journal* 1, 10: 385 - 394.

Fayolle, A., Gailly, B., & Lassas-Clerc, N. (2006). Assessing the impact of entrepreneurship education programmes: a new methodology. *Journal of European industrial training*, 30(9), 701-720.

Fonseca, J. (2016). *A cidadania como projeto educacional: uma abordagem reflexiva e reconstrutiva*. Saarbrücken: Novas Edições Académicas.

Gibb, A. A. (1987). Enterprise culture-its meaning and implications for education and training. *Journal of European Industrial Training*, 11(2), 2-38.

Gorman, G., Hanlon, D., & King, W. (1997). Some research perspectives on entrepreneurship education, enterprise education and education for small business management: a ten-year literature review. *International small business journal*, 15(3), 56-77.

Kuratko, D. F., & Hodgetts, R. M. (2004). *Entrepreneurship: Theory, Process. Practice*, 6.

Kuratko, D. F. (2005). *The emergence of entrepreneurship education: Development, trends, and*

- challenges. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 29(5), 577-598.
- Kuratko, D. F. (2016). *Entrepreneurship: Theory, process, and practice*: Cengage Learning.
- Marcelo, C. (1991). *El Estudio de Caso en la Formación del Profesorado y la Investigación Didáctica*. Badajoz: Universitas Talleres Gráficos.
- Matlay, H. (2006). Entrepreneurship education: more questions than answers?. *Education+ Training*, 48(5).
- McGrath, R. G., & MacMillan, I. C. (2000). *The entrepreneurial mindset: Strategies for continuously creating opportunity in an age of uncertainty* (Vol. 284). Harvard Business Press.
- Mehta, C., & Gupta, P. (2014). Corporate entrepreneurship: a study on entrepreneurial personality of employees. *Global Journal of Finance and Management*, 6(4), 305-312.
- Moberg, K., Vestergaard, L., Fayolle, A., Redford, D., Cooney, T., Singer, S., ... & Filip, D. (2014). How to assess and evaluate the influence of entrepreneurship education: A report of the ASTEE project with a user guide to the tools. The Danish Foundation for Entrepreneurship–Young Enterprise.
- Liñán, F., & Chen, Y. W. (2009). Development and Cross-Cultural application of a specific instrument to measure entrepreneurial intentions. *Entrepreneurship Theory and Practice*, Bechard, J. P., & Toulouse, J. M. (1998). Validation of a didactic model for the analysis of training objectives in entrepreneurship. *Journal of business venturing*, 13(4), 317-332.
- Raposo, M., & Do Paço, A. (2011). Entrepreneurship education: Relationship between education and entrepreneurial activity. *Psicothema*, 23(3), 453-457.
- Rasheed, H. S., & Rasheed, B. Y. (2004). Developing entrepreneurial characteristics in minority youth: The effects of education and enterprise experience. *Ethnic entrepreneurship: Structure and process*, 4, 261-277.
- Renaud, I. (1996). *Filosofia e educação*. Arquipélago. Série Filosofia, 4, 35-46.
- Ricoeur, P. (1990). *Soi même comme un autre*. Paris: Editions du Seuil.
- Savater, F. (199). *O valor de educar*. Lisboa: Editorial Presença.
- Seelig, T. (2012). *inGenius: A crash course on creativity*. Hay House, Inc.
- Spinelli, S., & Neck, H. M. (2007). The Timmons model of the entrepreneurial process. *Entrepreneurship: The Engine of Growth*, 2, 6.